



2004/08/31

INTEGRAÇÃO, PALAVRA DE ORDEM PARA AS DEFESAS EUROPEIAS

Alexandre Reis Rodrigues

Numa declaração conjunta, sob o título Initiative for a Renewed Transatlantic Partnership, publicada a 19 de Agosto pelo Center for Strategic and International Studies, um dos mais prestigiados think tanks de Washington, doze antigos altos responsáveis militares europeus e um americano vêm defender a necessidade de uma maior integração das políticas de defesa europeias para que a Europa possa realizar os seus objectivos nessa área. Diversas figuras conhecidas subscrevem essa declaração: o general Espírito Santo, o general Klaus Naumann da Alemanha (ex-chairman do Comité Militar da NATO), o almirante Boyce do Reino Unido (ex-CHOD), o general Constantin Degeratu da Roménia (ex-CHOD), o almirante Lanxade da França (ex-CHOD) e o general Ralston dos EUA (ex-SACEUR), entre outros. Pena é que não se tenha procurado alargar o leque de subscritores; para tão pertinente conjunto de ideias não seria difícil encontrar mais apoios, por exemplo, em Espanha, na Itália, na Holanda, etc.

Nem a ideia que o documento pretende veicular nem o seu enquadramento e fundamentos são assuntos novos mas nem por isso a iniciativa deste grupo de oficiais gerais deve deixar de merecer todo o destaque. O seu propósito, simples na concepção mas provavelmente complexo na sua concretização, foi trazer à atenção dos políticos uma proposta pragmática de resolução do impasse em que, globalmente, se encontram as forças armadas europeias há já alguns anos por incapacidade de concretização prática dos compromissos de adaptação às novas condições de segurança, não obstante a profusão de declarações políticas anunciando a próxima tomada de medidas.

Para alcançar o objectivo de uma maior integração das defesas europeias, são sugeridos três possíveis modelos: junção de forças e capacidades existentes a nível nacional para a criação de forças multinacionais; desenvolvimento de capacidades específicas em que alguns países se poderão especializar para as pôr à disposição do conjunto num âmbito multinacional, quer ao nível da UE quer ao da NATO; finalmente, esforços de harmonização do reequipamento, procurando, por exemplo, os benefícios de uma economia de escala.

Na caracterização do enquadramento em que esta proposta deve ser considerada, o documento chama a atenção, de uma forma sucinta mas muito clara, para as seguintes realidades:

- Apesar do clima de paz e estabilidade de que a Europa goza, e que torna inimaginável qualquer hipótese de guerra entre os seus estados, existem cinco ameaças bem concretas aos seus interesses: o terrorismo, a proliferação de armamento de destruição maciça, o crime organizado, os estados falhados e os conflitos regionais;
- Estas ameaças exigem da parte da Europa umas forças armadas capazes de proteger os seus interesses e de lhe proporcionar a capacidade de desempenhar as responsabilidades de segurança global que o recentemente aprovado conceito estratégico lhe atribuiu, no âmbito da UE;
- Nem a Europa nem os EUA sozinhos têm possibilidades de deter e enfrentar essas ameaças; o desenvolvimento de efectivas capacidades militares para esse fim é não só um assunto do interesse europeu com também dos EUA e Canadá.

Entrando mais concretamente nos fundamentos da proposta, os seus signatários lembram, em especial, os seguintes pontos a carecer de correcção no planeamento de forças europeu:

- Insuficiência de forças expedicionárias, não obstante a muito grande dimensão global dos efectivos em serviço activo (cerca de 1,9 milhões);
- Falta de algumas capacidades essenciais para intervenções no exterior, nomeadamente na área do armamento de precisão, meios de comando, controlo e de recolha de informações, por exemplo para vigilância do campo de batalha; transporte estratégico, sustentação, etc;
- Limitações na preparação das forças, geralmente restrita a operações de apoio à paz e de estabilização, não tendo em conta eventuais necessidades de operar a níveis mais exigentes do espectro de conflitos, como foram as recentes intervenções no Kosovo e Afeganistão, por exemplo;
- Duplicações desnecessárias de meios e capacidades, por falta de uma visão integrada das necessidades do conjunto.

O documento refere que o factor mais consistentemente referido como responsável por esta situação é o declínio dos orçamentos de defesa europeus, presentemente a um nível médio de 1,9% do PIB, bem abaixo do valor mantido pelos EUA. Porém, logo reconhece, de uma forma pragmática,

ser improvável vir a haver disponibilidade para os fazer crescer à medida das necessidades actuais. Aponta-se como justificação para esta situação, entre outros motivos, o crescente volume de encargos que os sistemas de segurança social europeus vêm exigindo face ao envelhecimento das populações. Por isso, recomenda-se que, pelo menos, seja coberto o valor da inflação. Em Portugal, que tem o orçamento da defesa está abaixo do valor médio atrás referido, existe orientação no Conceito Estratégico de Defesa Nacional para o seu crescimento em direcção a essa meta, mas não foi estabelecido nenhum calendário para esse fim.

É dentro deste quadro de restrições que os subscritores deste documento não vêm outra alternativa senão apostar numa maior integração das políticas de defesa europeias, através de coordenação dos esforços levados a cabo individualmente por cada país para a criação de um conjunto de capacidades conjuntas que sirvam os objectivos da UE nesta área.

Um dos primeiros contributos para a concretização desta finalidade pode precisamente passar pela anterior proposta, apresentada pelo Reino Unido, França e Alemanha, de um novo conceito de battle groups, desenvolvido como uma forma específica de força de resposta rápida no âmbito da UE e cuja composição, podendo ser prevista numa base multinacional, implica critérios comuns de organização e de emprego de meios e a sua total interoperabilidade, isto é, um grau já avançado de integração prática de políticas de defesas.

A ideia é simples, realista e susceptível de dar um impulso grande à criação de efectivas capacidades militares europeias tanto no âmbito da UE como no da NATO. Porém, para ser realizável num curto prazo e à luz do objectivo da integração das defesas europeias, é preciso que em alternativa à compreensível aspiração de cada país começar logo pela criação de um battle group nacional, se inicie o processo acertando com outros países – eventualmente os vizinhos, para simplificação da coordenação – a constituição de battle groups multinacionais, através de esquemas de colaboração a considerar caso a caso. Note-se que a EU apenas visa a criação de 7 a 9 battle groups (13500 efectivos), cerca de um terço do número máximo possível, se cada país tivesse o seu próprio grupo.

Se todos optassem por constituir um battle group nacional, em nada estariam a contribuir para a acima recomendada integração concreta das defesas europeias, uma vez que iniciativas exclusivamente nacionais poucas exigências levantariam nesse campo; alguns, aliás, nem sequer estariam a ser realistas. Em qualquer caso, nada impedirá que subsequentemente se desenvolvam capacidades adicionais, dentro do esquema de ambições próprias de cada país.

7 TEXTOS RELACIONADOS:

2010/12/19

A UE E O FUTURO DA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/11

VISÕES SOBRE A POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA (II PARTE)[1]

Vários

2008/11/07

ESDP IN STRATEGIC NEIGHBOURHOODS: PROMISES OF STABILITY THROUGH INTERNATIONAL MILITARY COOPERATION

Sandra Fernandes e Luís Saraiva

2008/02/20

VISÕES SOBRE A POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Vários

2006/12/11

A DEFESA ANTI-MÍSSIL E A SEGURANÇA DA EUROPA[1]

Marcelo Rech[2]

2005/03/23

O FUTURO DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/02/23

SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA; DO DESCONHECIMENTO À PROSPECTIVA

João Vieira Borges

